

ESTUDO DO PERFIL DO ESTADO DO PIAUÍ COM DISCUSSÃO DOS FATORES SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL

STUDY OF THE PROFILE OF THE STATE OF PIAUÍ WITH DISCUSSION OF SOCIAL, ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL FACTORS

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alan Elias Silva, IFRR, Brasil, alan_es@hotmail.com

Resumo

Dado um conjunto de fatores que caracterizam um estado para a sua melhor identificação dos principais impactos agravantes e as perspectivas futuras. O objetivo do presente estudo é descrever o perfil do estado do Piauí, a partir da discussão dos fatores sociais, econômicos e ambientais. Para tanto, empregou-se a pesquisa bibliográfica exploratória como método que oportuniza os meios necessários para que o investigador aprimore os seus conhecimentos, a partir do manuseio das obras já publicadas. Foi possível constatar que, afinal, o êxito ou dificuldades de um ente federado provoca impacto direto no desenvolvimento nacional, tendo em vista que os fatores analisados carecem do estabelecimento imediato de novas alternativas, cujo propósito é solucionar, ou pelo menos amenizar os problemas da região nordeste, e especificamente do estado do Piauí.

Palavras-chave: Caracterização; Estado; Potencialidades.

Abstract

Given a set of factors that characterize a state for its better identification of the main aggravating impact and future prospects. The objective of the present study is to describe the profile of the state of Piauí, based on the discussion of social, economic and environmental factors. Therefore, exploratory bibliographic research was used as a method that provides the necessary means for the researcher to improve their knowledge, from the handling of already published works. It was possible to verify that, after all, the success or difficulties of a federated entity causes a direct impact on national development, considering that the analyzed factors lack the immediate establishment of new alternatives, whose purpose is to solve, or at least alleviate the problems of the region. northeast, and specifically in the state of Piauí.

Keywords: Description; State; Potential.

1. INTRODUÇÃO

O estado do Piauí é o terceiro maior estado da região Nordeste, cuja extensão territorial corresponde a 251.576.644 km². Apesar das suas belezas e atrativos próprios, o estado apresenta sérios problemas socioeconômicos, como por exemplo, menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e PIB per capita; o segundo maior índice de analfabetismo; em termos sociais, o saneamento básico é outra questão que gera muitas preocupações, entre outros fatores.

De acordo com a literatura, o Brasil pode ser referenciado como o país das desigualdades e contradições, cuja origem é a própria formação econômica política e social. Apesar dos grandes avanços em termos de políticas públicas, verifica-se a existência de uma grande lacuna entre a

teoria e a prática, pois normalmente, grande parte das possíveis ações possui total cunho eleitoreiro, quer dizer, não são implementadas com base na real necessidade do contingente populacional.

Diante de um cenário de intensas potencialidades desponta a seguinte dúvida, a qual será devidamente esclarecida ao longo do presente estudo: é possível afirmar que as políticas públicas implementadas na região Nordeste, especificamente no Piauí são capazes de suprir ou pelo menos atenuar os problemas sociais, econômicos e ambientais?

Segundo as pesquisas e análises de renomados autores é possível afirmar que as mesmas são apenas teóricas, totalmente contrárias à prática, afinal, em termos da realidade brasileira constata-se a inexistência de investimentos efetivos, afinal, a “riqueza” é um bem indispensável à classe burguesa, em contrapartida, aos “pobres” resta apenas o trabalho, sofrimento e a exclusão.

O estado do Piauí é rico em recursos naturais, entretanto, o desenvolvimento nacional possui relação direta com a sustentabilidade (Revolução Verde). A ocupação acelerada do cerrado na década de 70 e 80 (expansão da fronteira agrícola), a ocupação desordenada do meio urbano, o desmatamento, o clima (semiárido), entre outros, são fatores que promovem a desigualdade social, os quais se fundamentam nos preceitos neoliberais e na globalização (degradação do meio ambiental e comprometimento do ecossistema em termos futuros).

O trabalho em pauta é plenamente justificado, afinal, o êxito ou dificuldades de um ente federado provoca impacto direto no desenvolvimento nacional, tendo em vista que os fatores analisados carecem do estabelecimento imediato de novas alternativas, cujo propósito é solucionar, ou pelo menos amenizar os problemas da região nordeste, e especificamente do estado do Piauí.

O objetivo geral do presente estudo é descrever, bem como particularizar sobre o perfil do estado do Piauí, a partir da discussão dos fatores sociais, econômicos e ambientais. Os objetivos específicos são: apresentar a importância e peculiaridades do estado do Piauí; analisar o contexto histórico, as transformações e a realidade atual; descrever o cenário econômico, social e ambiental, e, identificar os principais impacto-agravantes e as perspectivas futuras (curto, médio e longo prazo).

Para que fosse possível atingir os objetivos da pesquisa, adotou-se como método a revisão bibliográfica, pois, segundo Lakatos e Marconi (2017) permite a compreensão em face da resolução do problema. Esta, obtida por meio do levantamento de informações que se propõe analisar. Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica consistirá em uma investigação criteriosa das bibliografias já devidamente elaboradas e publicadas através dos seguintes materiais: revistas, livros, periódicos, teses e dissertações, os quais configuram um material especializado sobre o perfil do estado do Piauí, além de oportunizar discussões sobre os fatores econômicos, sociais e ambientais.

O propósito deste tipo de pesquisa consiste na reunião da maior quantidade possível de definições, a partir da existência de pensamentos consonantes entre os diversos autores, e desta forma aproveita-se ao máximo o tempo escolhido.

2. O ESTADO DO PIAUÍ DESENVOLVIMENTO

A concentração humana dentro do ambiente urbano ganhou ênfase no início do século XXI, logo, as áreas urbanas passaram a demandar maior atenção dos gestores e pesquisadores, em virtude da diversidade e complexidade dos problemas socioambientais urbanos (MENDONÇA, 2011).

A problemática ambiental é inseparável da problemática social, concebendo-se o meio ambiente como um sistema integral que engloba elementos físico-bióticos e sociais. Assim sendo, a apreensão de uma dada questão ambiental dar-se-á apenas quando recuperadas as dinâmicas dos processos sociais e ecológicos, atribuindo igual ênfase à história da sociedade e da natureza (SILVA, 2016, p. 9).

O estado do Piauí possui uma extensão territorial de 251,6mil km², e em termos de dimensão espacial da região Nordeste ocupa a terceira posição (1.354,3 mil km²), o que corresponde a 16,2% da área total da referida região. Em relação ao Brasil, corresponde a 3,0% da área do País (décimo segundo lugar em extensão); ao norte, limita-se com o Oceano Atlântico, ao sul com Tocantins e Bahia, a Leste com Pernambuco e Ceará, e, a Oeste com o Maranhão (IBGE; 2010).

De acordo com os critérios de regionalização estabelecidos pelo IBGE, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional estabelecem para fins de definição e implementação de políticas públicas o semiárido brasileiro, cujo índice de precipitação pluviométrica anual é inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, e no qual, os indicadores socioeconômicos situam-se abaixo da média do Nordeste.

O estado apresenta uma riquíssima base de recursos naturais, totalmente característicos da região. A caatinga: ocupa uma área de 129,4mil km² ou 51,4% do território estadual, concentrada em área do Centro-Norte e Sudeste; no verão ocorrem as chuvas, porém, por curto período, visto que a estação da seca pode perdurar por até oito meses; o índice pluviométrico pode variar entre 400 e 800 mm/ano (FUNDAÇÃO CEPRO, 2013).

Já o cerrado: localizado na faixa do Sudoeste, com uma área de 56,8mil km², o que corresponde a 22,6% da área territorial do estado; em média, as precipitações variam entre 800 e 1200 mm/ano. Ainda há a área de transição entre o cerrado e a caatinga de contato entre as duas espécies, predominantemente no Vale do rio Parnaíba, e estende-se do Sudoeste AP Noroeste do estado, quer dizer, aproximadamente 26% da área territorial (65,4mil km²), com precipitação média anual de 800 a 1600 mm/ano.

O rio Parnaíba e seus afluentes constituem a principal bacia hidrográfica do estado, além dos recursos aquíferos subterrâneos, entretanto, possui a menor faixa litorânea. O estado possui marco regulatório ambiental, mas, sofre pressões atópicas, as quais vêm paulatinamente provocando danos ao meio ambiente (degradação do ecossistema, desmatamento, erosão, etc.); dessa forma, ao longo do tempo, a prioridade das políticas públicas de desenvolvimento deverá ser focada na promoção da sustentabilidade socioambiental do território piauiense.

2.1 Fatores Sociais

Historicamente, o Brasil é marcado por contradições e peculiaridades, com origem na formação política, econômica e social; o marco mais expressivo deste cenário é a desigualdade social; ainda que muito se tenha avançado em termos de investimentos em políticas públicas, fatores como preconceito, exclusão social, pobreza, desigualdade social, desemprego estrutural, etc., são descritos como os verdadeiros elementos que compõem a realidade brasileira.

Quando se tenta discutir sobre “questão social”, este tema gera intensas discussões, face à sua complexidade, inclusive em termos conceituais, tendo em vista os possíveis desdobramentos e as percepções, e neste caso, abarca questões subjetivas e reflexivas sobre a relação Capital/Trabalho no mundo moderno. Paulo Netto (2001) defende que o termo “questão social” é uma nomeação do fenômeno da pauperização do trabalho, cujo fundamento é o socialismo da produção da riqueza; sob esta perspectiva, a riqueza assume o caráter “coletivista”, ao passo que a “apropriação” compete aos proprietários dos meios de produção.

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (2014), o Piauí apresenta a menor densidade demográfica da região Nordeste (apenas 12,4hab./km²); a cidade de Teresina é uma das referências econômicas, ao passo que Parnaíba se concentra no turismo. No decurso de dez anos, a cobertura de saúde foi ampliada, mas, os números ainda não podem ser considerados satisfatórios. No que diz respeito aos domicílios, 98,6% possuem água canalizada, 80,4% rede de esgoto ou fossa séptica, e, 64,2% coleta de lixo.

O estado conta com Universidade Federal, Estadual, IFPI e instituições privadas de ensino superior. O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por meio de instituições de ensino profissionalizante como o SENAI e SEBRAE. Porém, o ensino básico é um segmento que gera bastante preocupação, haja vista os índices de analfabetismo, o qual representa o segundo maior da região Nordeste.

O IDH (indicadores de saúde, educação e renda) saltou de 0,362 em 1991 para 0,646 em 2010; neste caso, o aumento do IDH está associado à redução da desigualdade (melhoria dos programas governamentais de transferência de renda, incremento salarial e formação profissional). Hoje em dia é possível mapear a vulnerabilidade social, e dessa forma planejar estratégias de desenvolvimento e ações públicas mais efetivas e direcionadas (identificação das áreas de maior ou menor vulnerabilidade).

2.2 Fatores Econômicos

No decorrer do tempo, mais precisamente na década de 60 no Governo de J. Kubitschek, a agricultura brasileira foi formalmente inserida no contexto do desenvolvimento nacional. Assim sendo, a região do Cerrado tornou-se estratégica para a incorporação de novas áreas agrícolas, face à sua posição geográfica e características físico-ambientais, o que favoreceu de maneira oportuna a expansão da produção agropecuária, esta baseada na “Revolução Verde”. A citada região se tornou uma referência para a implementação de políticas voltadas para a expansão da fronteira agrícola (MAZZETO SILVA, 2001).

Os principais programas instituídos para a capitalização da agricultura, o incremento da produção e da produtividade são descritos como: PROCEDER (Programa de Cooperação Nipo-

brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados); EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – geração de tecnologias agrícolas/pesquisas nacionais), e, CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados).

Em 1970, o Governo Federal estabeleceu as primeiras políticas públicas direcionadas para a ocupação e o desenvolvimento do Cerrado; a promulgação do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974 oportunizou a criação do FINOR (investimento regional) e do Fiset (investimento setorial), cujo propósito era fornecer auxílio para os setores mais frágeis economicamente (MONTEIRO; 1993 – 2002).

No que tange ao PIB, no período de 2002-2008, a taxa de crescimento médio anual do Piauí foi de 4,2% e 2,1% no período de 2009-2013 (época em que a economia brasileira sentiu o forte impacto da crise econômica e financeira internacional). No que tange ao comportamento econômico, o desempenho do PIB em época antecessora à crise (2008) foi de 8,8%, superior a média nacional de 5,5% e 5,2 da região Nordeste (IBGE, 2012).

No biênio 2009-2010, o cenário foi um pouco diferente: redução no ritmo de expansão, mas, apesar de tudo ainda manteve taxa de crescimento superior à média do Brasil e da região; em 2010, verificou-se que houve pouco crescimento, tanto a nível regional quanto brasileiro (IBGE, 2014a). Entre 2002 e 2012, o PIB per capita registrou crescimento de 73,0%, superando inclusive os incrementos no Nordeste (53,1%) e no Brasil (44,7%).

No período de 2002 a 2012, a expansão agropecuária foi menor em comparação aos demais setores: 9,4% em 2002 para 4,2% em 2012 (IBGE, 2014a). A redução das desigualdades do PIB per capita Piauí/Brasil possui relação direta com o fortalecimento das políticas públicas regionais.

No mundo contemporâneo, o desenvolvimento de uma nação está condicionado às questões sustentabilidade, quer dizer, mudança e rediscussão do pensamento econômico, principalmente após a realização da Eco-92, e no que tange ao Brasil, o ponto estratégico do compromisso assumido diz respeito à gestão sustentável do cerrado, o qual se fundamentou na expansão da fronteira agrícola para a produção de grãos destinados à exportação, principalmente a soja.

Nas décadas de 70 e 80, o Piauí enfrentou uma ocupação acelerada da região do Cerrado, em virtude da implantação de megaprojetos pecuários e de cajucultura; a ocupação e o uso agrícola seguem as rotinas desenvolvimentistas de outras regiões. A moderna agricultura brasileira despontou na década de 50, todavia, o aumento da produção decorreu da incorporação de novas áreas e não do incremento tecnológico (Revolução Verde), a qual se manteve conservadora em relação à estrutura fundiária e o acesso a terra, pois, segundo Aguiar (2005):

[...] logo surgiriam preocupações relacionadas tanto aos problemas socioeconômicos quanto ambientais provocados por esse padrão. Se por um lado, a modernização da agricultura brasileira aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo, por outro, além de provocar danos ambientais, ampliou a concentração de terras e de riquezas e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intensos processos migratórios para os grandes centros urbanos mais industrializados (AGUIAR, 2005, p. 46).

Hoje, a globalização e o neoliberalismo, são entendidos como uma resposta à crise do capital, logo, o desenvolvimento da questão social assumiu proporções dramáticas, em virtude das

reconsiderações estatais, recrudescimento das perversidades das desigualdades sociais e econômicas (ajuste estrutural para atendimento das novas ordens mundiais). De acordo com Ianni (2005), por intermédio da globalização e do neoliberalismo:

[...] transforma-se as condições de vida e de trabalho, que passam a serem marcadas por uma procura de mão de obra barata, migrações, aumento do desemprego, destruição do meio ambiente, crescimento de expressões de violências e crimes devido a discriminações diversas etc. Os Impactos desses, [...] são mais sentidos por quem menos se beneficiam da globalização e crescimento econômico, ou seja, a população pobre (AGUIAR, 2005, p. 9-39).

Nunes (2019) afirma os projetos são implantados sem o prévio conhecimento da sociedade e dos governantes, quer dizer, existe apenas o compromisso político e o técnico (esfera burocrática), o que em termos reais não garante nenhum tipo de mudança, principalmente “positiva” para a localidade. Sendo assim,

Na ausência de lucros e ganhos fáceis, muitos empreendedores abandonam ou paralisam seus empreendimentos ainda em fase de implantação, outros implantados parcialmente ou com implantação concluída, por não atingirem em curto prazo os objetivos propostos (NUNES, 2019, p. 9-21).

O processo econômico, político e social no Piauí é totalmente dependente de ações governamentais (programas e projetos, os quais são totalmente financiados por órgãos nacionais e internacionais). Nesta circunstância, verifica-se que as referidas ações fazem parte apenas do contexto “eleitoreiro”, o que pode ser comprovado mediante a falta de integração com os planejamentos locais.

Ao longo do tempo, tornou-se elementar que os governantes administrem situações particulares, contudo, este tipo de prática requer trabalho, empenho e compromisso, e conseqüentemente, é muito mais fácil “selecionar indivíduos”, haja vista que os problemas sociais não são originários de problemas individuais: resultam especificamente do contexto econômico que “apenas” exclui, e posteriormente, repercute da pior maneira possível (AGUIAR, 2005).

2.2 Fatores Ambientais

Durante um longo período, o Cerrado brasileiro foi entendido como um Ecossistema inapropriado para o desenvolvimento agrícola, mas, o esgotamento das terras no sul e sudeste para a exploração agropecuária, a modernização da agricultura, e a atuação do Estado em parceria com empresários nacionais e internacionais foram fatores que colaboraram de maneira significativa para a reversão do entendimento inicial.

De acordo com as considerações de Ribeiro (2010), o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em termos de área, sendo superado apenas pela Floresta Amazônica. O complexo vegetacional espalha-se em várias regiões: MA, DF, MG, BA, SP, MT do Sul, GO, TO, MT, PI e em determinadas áreas da região Norte (AM, AP, PA e RO).

Pires (2012) descreve o cerrado como um tipo de vegetação própria, na qual predomina as gramíneas rasteiras, sob árvores e arbustos; normalmente, as casas são grossas e as raízes bem profundas, e neste caso acaba alcançando o lençol freático (15 – 20 metros). O ecossistema não é homogêneo, haja vista a apresentação de diversos tipos de vegetação dentro de um macro ambiente.

Nos dias que correm, a humanidade vivencia um momento de intensa crise: política, social, econômica e ambiental (MENDONÇA, 2002); diante de tal contexto, renomados pesquisadores são unânimes ao afirmar que se tornou elementar repensar as dimensões temporais e espaciais dos problemas ambientais.

A urbanização desordenada oportunizou a formação de ambientes desgastados e diferenciados (qualidade de vida da população nativa (SANTOS, 1993). A transformação do sistema natural é uma das consequências dos processos socioeconômicos, o que por sua vez influencia na organização espacial, logo, a prática de ações antrópicas geram impactos negativos diretos no ambiente urbano (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O aumento populacional promove a degradação dos recursos naturais e conseqüentemente, o esgotamento dos sistemas ambientais. O Nordeste brasileiro apresenta uma distribuição pluviométrica irregular, a qual é decorrente da atividade climática natural (sistema atmosférico e fenômenos oceânicos).

Ao pensar em “desastre natural”: estiagem, inundação, terremoto, tornado, escorregamento, etc., em muitos casos, tais situações são causadas pelo próprio “homem”, face ao processo de urbanização e crescimento das cidades (áreas inapropriadas para ocupação), o que por sua vez tende a fomentar as situações de perigo e risco de desastres naturais (TOMINAGA, 2009).

De acordo com o CONAMA – resolução nº 001 (23/01/86), impacto ambiental significa:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais

Na maior parte do território do Piauí é possível encontrar o bioma cerrado, com plantação de soja, milho e algodão; a geração de emprego, renda e divisas decorre das atividades da agricultura empresarial. Os principais fatores que contribuíram para a instalação de grandes empresas nos cerrados nordestinos são descritos como: condição favorável do clima e do solo; baixo preço das terras (condição determinante para o deslocamento da produção do eixo tradicional - SP e PA); topografia plana, com suaves ondulações, o que por sua vez permite a prática de cultura mecanizada.

O cerrado é potencialmente um produtor de grãos, entretanto, o Piauí possui grandes vantagens competitivas (exploração por meio da irrigação), face à disponibilidade de solo e recursos hídricos nos diferentes agroecossistemas. Hidrograficamente, o Parnaíba é a segunda região de maior importância no Nordeste, tendo em vista a sua abrangência (344.112km²), e dessa forma é capaz de drenar 99% do estado do Piauí. Os aquíferos da bacia do Parnaíba possuem o maior potencial hídrico da região Nordeste, contudo, existe uma disparidade exorbitante entre a área irrigável e o perímetro urbano (área de efetiva ocupação).

Os principais cultivos temporários são milho e soja; quanto ao algodão, este foi implementado após os incrementos da produtividade (inovações tecnológicas); arroz e feijão é uma cultura que depende dos fatores climáticos; a lavoura de cana-de-açúcar participa minimamente do

valor da produção, ainda que o Estado apresente condições favoráveis de solo e disponibilidade hídrica para irrigação. Produtos como banana, goiaba, laranja, manga castanha de caju e cocoda Baía representam a louva permanente (IBGE, 2014).

O estabelecimento de uma “nova ordem mundial” requer a superação de desafios globais para o desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Hoje em dia, a crise ambiental e social é uma realidade mundial; o Brasil é uma referência em contrastes e conflitos, tanto que foi classificado como um dos países que mais sofre injustiça social.

Inicialmente, as questões pertinentes ao desenvolvimento (meio ambiente) eram concebidas em termos técnicos, mas, em detrimento dos graves acontecimentos, tais questões passaram a ser entendidas como uma responsabilidade social e política. Nas economias de primeiro mundo, os problemas ambientais decorrem da alta industrialização (poluição ou uso excessivo dos recursos naturais); em contrapartida, nos países subdesenvolvidos, o problema consiste na falta de uso ou, uso indevido de tais recursos.

Segundo as considerações de alguns especialistas:

[...] o interesse maior do primeiro mundo em relação ao terceiro deve-se, principalmente, ao fato de que é neste onde estão localizadas as reservas de recursos naturais, entre os quais se incluem as riquezas de biodiversidade, que já foram consumidas/depredadas no mundo desenvolvido. Dessa forma, “no próximo século, rico vai ser aquele país que dispuser de três elementos-chave para a ciência do futuro: água, energia solar e biodiversidade” (DULLEY, 2004, p. 8).

As primeiras aplicações tecnológicas para tentar solucionar o problema causado pela seca ocorreram no início do séc. XX (armazenamento de água em açude, poços e barragens); quando a pauta é a seca, o sertanejo nordestino se tornou um referencial (povo de vida sofrida). Com o passar do tempo, este tipo de política deixou de ser suficiente, pois, nem mesmo com o financiamento de projetos (métodos diferenciados de irrigação) ou, programas emergenciais oportuniza resultado satisfatório, haja vista o próprio contexto histórico, onde os verdadeiros beneficiados sempre foram a “elite burguesa agrária”. Para os “pobres”, estes representantes da população camponesa, a alternativa encontrada é o deslocamento para a “cidade”, fato este que acaba se tornando um agravante dos problemas sociais e ambientais (cidade e campo).

A seca apresenta como resultado a “miséria”, logo, não pode ser considerada um problema meramente climático, mas, sobretudo, parte de um fato social-político. O inconformismo e oportunismo refletem as invasões e, conseqüentemente os conflitos entre proprietários de terras e os ocupantes.

3. PERSPECTIVAS

Em termos futuros, o desenvolvimento regional (Piauí) deve cada vez mais se concentrar nas suas potencialidades, como por exemplo: fomentar a manipulação da vegetação da caatinga (produção do semiárido) (VOLTOLINI, 2001); revisar a parte infraestrutural, principalmente dos modais rodoviários, hidroviários e aeroportos; especializar as indústrias piauienses (disparidade entre o comércio e serviços); incentivar as aglomerações coletivas (SUZIGON et al., 2003); investir na indústria farmacêutica fitoterápica, cultura do mel, etc.

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 156).

Historicamente, acreditou-se que o desenvolvimento regional e as atividades industriais iriam proporcionar melhores condições de vida para a sociedade, em virtude da globalização e dos avanços tecnológicos. Desde a Revolução Industrial, tornou-se impossível negar os benefícios econômicos, e em contrapartida, as severas consequências ambientais.

O uso inadequado do solo, o desmatamento, a exploração indevida de áreas e culturas, entre outros fatores podem estar associados à inexistência de informações sobre os meios de conservação e preservação ambiental, bem como o desinteresse do poder público.

Em termos gerais, percebe-se uma lacuna muito expressiva entre a teoria e prática, melhor dizendo, no Brasil e especialmente a região Nordeste – Piauí carece de repensar algumas práticas, para que dessa maneira possa reduzir a desigualdade, pobreza, analfabetismo etc., por meio de investimento em saúde, educação, saneamento.

A realidade das coisas não existe por si só. As coisas adquirem realidade quando aparecem a nós e quando notamos que não estamos sozinhos em nossa percepção, mas que a compartilhamos com outros, embora cada um veja as mesmas coisas a partir de sua perspectiva (ALMEIDA, 2008, p. 469).

As principais perspectivas para o referido estado são descritas como: aumento do IDH nos próximos anos; revisão das políticas públicas, no sentido de incrementar as pesquisas e o conhecimento sobre a estrutura das bacias hidrográficas no estado do Piauí; ampliação dos conhecimentos sobre a dinâmica climática (precipitações), cuja finalidade é minimizar as probabilidades e/ou danos causados pela inundação; redução das desigualdades sócio-territoriais, a partir da elaboração de um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), com base nos seguintes aspectos: habitação, saneamento, renda, educação e situação social; identificação e mapeamento das áreas de riscos naturais (prevenção, controle e mitigação dos danos); divulgação e ampliação da proteção e valorização dos geomorfossítios e patrimônios geomorfológicos, entre outros.

CONCLUSÃO

O Brasil como um todo, é um país dotado de vastos recursos naturais, o que causa inveja nos demais países. Assim sendo, cada estado e município devem ser entendidos como um participante ativo no processo de desenvolvimento e manutenção nacional.

O país como os demais países enfrenta uma série de problemas, logo, cada um com suas particularidades e especificidades próprias; sendo assim, a região nordeste é conhecida pela seca, pobreza, alto índice de analfabetismo, polo industrial restrito (atividades tradicionais), o que possibilitou enfatizar o setor de comércio e serviços, etc., o que por sua vez podem ser descritos como fatores propulsores da desigualdade social e econômica, e neste caso resultam do processo de exclusão.

No Piauí, grande parte dos problemas do estado se concentra nas más condições de vida da população: a baixa escolaridade contribui para a formação de um mercado de trabalho desigual e pouco dinâmico, basta ver que o crescimento efetivo está diretamente relacionado à junção/presença do referido estado na economia nacional. O estado é riquíssimo em oportunidades, e dessa maneira, basta investir de maneira consciente e apropriada no desenvolvimento das suas potencialidades, e posteriormente, explorar as oportunidades em prol da população residente.

Apesar da condição favorável para o cultivo de diversas culturas, posição geográfica, a população camponesa é pouca reconhecida, e conseqüentemente, é a que mais sofre (pobres), e dessa forma, vê-se na obrigação de efetuar descolamento para o meio urbano. Tais atitudes não solucionam o problema destes sofridos indivíduos, fomentando inclusive os problemas sociais e ambientais, com a ocupação desordenada do meio urbano, logo, desencadeia outra gama de problemas.

Sob uma perspectiva futura, a verdadeira solução consiste no comprometimento do Governo Federal com o estabelecimento de políticas públicas oportunas, as quais devem satisfazer as verdadeiras necessidades da população, desde que observada à preservação dos recursos naturais, pois, mesmo em abundância muitos não são renováveis, o que poderá comprometer gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, T. J. A.; Monteiro, M. S. L. (2005) *Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense*. Ambiente & Sociedade, v. 8, n. 2, p. 161-178.
- Ajara, C. (, 1993). *A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental*. In: MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. (Org.). Geografia e questão ambiental. IBGE, Rio de Janeiro.
- Almeida, V. S. (2008). *Educação e liberdade em Hannah Arendt*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 465-479, set./dez.
- BANDEIRA, W. J. *Considerações sobre os projetos de desenvolvimento integrados, dirigidos aos pequenos produtores*. In: Carta CEPRO. Teresina, Fundação CEPRO, v. 14, nº 1, jul/dez. 1991.
- Behring, E. R.; Boschetti, I. (2010). *Política Social: fundamentos e história*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- Bissio, B. (1994). *Novos paradigmas, velhos desafios*. In: Revista Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Ed. Terceiro Mundo Ltda. Ano 3, nº 40.
- Brasil. (2020) Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1986.
- Dulley, R. D. (2004). *Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais*. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26.

- Ehlers, E. M. (1999). *O que se entende por agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba-RS: Agropecuária.
- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. Cepro. (2013) *Piauí: visão sumária*. Teresina.
- Ianni, O. (1996). *A era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. 1, p. 9-39.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2014). *Contas regionais do Brasil 2012*. Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2012). *Contas regionais do Brasil 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Contas Nacionais, n. 38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013: síntese de indicadores*. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2014). *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro.
- Lakatos, M. E.; Marconi, M. A. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Mazzetto Silva, C. E. (2001). *Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*. Cadernos de Debate, Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, n. 4, 116p.
- Mendonça, F. (2002). *Geografia socioambiental*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, p. 121-144.
- Mendonça, F. (2011). *Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica*. Revista da ANPEGE, v. 7, p. 99-109.
- Monteiro, M. S. L. (1993). *Grandes propriedades financiadas pelo FINOR-Agropecuário no Piauí: análise dos impactos socioeconômicos*. 1993. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Monteiro, M. S. L. (2002). *Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária*. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Nunes, E. (2019). *A gramática política do Brasil*. Garamond.
- Paulo Netto, J. (2001). *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Revista Temporalis, 3. Brasília: ABEPSS. Grafilaine, p. 41-51.
- Pires, M. O. (1999). *Cerrado: sociedade e biodiversidade*. In: Seminário Plantas Medicinais do Cerrado, 1999, Mineiros-Go. Anais. Mineiros-GO, p. 155-173.

- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto.
- Rosanvallon, P. (1998). *A nova questão social: repensando o estado providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC.
- Silva, F. J. L. T.; De Aquino, C. M. S. (2016). Geografia e problemática ambiental: um estudo das tendências e perspectivas em eventos científicos nacionais. *Formação (Online)*, v. 4, n. 23.
- Suzigan, W. et al. (2003). *Coefficientes de Gini locacionais – GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo*. *Nova Economia*, n. 13 (2), julho-dezembro, p. 39-60.
- Tominaga, L. K. (2009). *Desastres Naturais: por que ocorrem?* In: *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. Tominaga, L. K.; Santoro, J.; Amaral, R. (Org). São Paulo: Instituto Geológico.
- Voltolini, T. V. (2011). *Produção de caprinos e ovinos no semiárido*. Petrolina: Embrapa Semiárido.